

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## Arbitragem Comercial

Destina-se esta solenidade à instalação da Corte Brasileira de Arbitragem Comercial e do simpósio sobre “A Arbitragem e a Mediação no Continente Americano”.

Tão significativo é o evento que, quando no exercício da Presidência desta Corte, procurado pelo Presidente, Dr. Joaquim Quintiliano da Fonseca Jr., e Diretores da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, entidade fundada em 1811, quase bicentenária, concordei não apenas em ceder este auditório para a sua realização, mas também em permitir que o Superior Tribunal de Justiça figurasse como um dos promotores do evento.

A Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que traduz a união dos empresários a instituições jurídicas nacionais, resultou de projeto da iniciativa do então Senador Marco Maciel, hoje eminente Vice-Presidente da República. Produto da sua sensibilidade política e da sua estreita ligação com os setores jurídicos, denomina-se, justamente, “Lei Marco Maciel”.

No âmbito da Justiça, há, em todo o mundo, queixa generalizada quanto aos custos e à delonga na solução dos litígios pelo Poder Judiciário. Entre as soluções para tais problemas, têm sido apontados os meios alternativos de resolução dos conflitos, dos quais são espécie a arbitragem e a mediação. Na verdade, esses institutos se inserem num contexto mais amplo de realização plena da justiça.

Como se sabe, a solução dos litígios pode ocorrer pela atuação das próprias partes ou de terceiros. No primeiro caso, temos a autotutela e a autocomposição.

Pela autotutela ou autodefesa, cada um dos litigantes procura solucionar o conflito de interesses utilizando as suas forças: é o império do regime da violência, da lei do mais forte, próprio das sociedades primitivas. Na autocomposição, as partes procuram solucionar a contenda, como ocorre com a transação ou a solução contratual da demanda.

A solução do litígio por terceiros, denominada heterocomposição, desdobra-se em duas: a solução estatal, dada pelo Juiz, mediante sentença, e a solução arbitral ou arbitragem, conferida pelos interessados a um terceiro particular, sem ligação com o Estado. A mediação fica próxima da arbitragem, embora com ela não se confunda. Nesta, o árbitro decide a lide, enquanto, naquela, o mediador apenas procura usar a sua habilidade para ajudar as partes a solucionar a controvérsia.

Em face desse panorama é que a lei disciplinou o *juízo arbitral*, fundado em institutos jurídicos existentes há longos anos no nosso ordenamento jurídico, mas pouco utilizados: o compromisso e o *juízo arbitral*. A “Lei Marco Maciel” soluciona o grande obstáculo à maior utilização da arbitragem no Brasil: o fato de não ter a cláusula arbitral força vinculante.

Resta, porém, outro problema a ser resolvido: dar execução à referida lei. Daí a extraordinária importância desta solenidade. Inexistem, praticamente, no Brasil, instituições de arbitragem adequadas às transações comerciais. Pouco significativos têm sido os esforços nas associações comerciais locais para apoiar a arbitragem. Lembra o Dr. Jürgen Samtleben que *nas Bolsas de Mercadorias de São Paulo e Santos os procedimentos arbitrais de qualidade existentes não são procedimentos arbitrais verdadeiros, mas sim forma de arbitramento. Têm apenas a função de prova em processos judiciais*. Acrescenta que, embora haja, no Brasil, várias instituições arbitrais aptas a atuar na solução de disputas no comércio internacional, não conseguiram, contudo, obter qualquer importância prática. É o caso do “Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional” e do “Centro Brasileiro de Arbitragem”. A câmara comercial Brasil-Canadá instalou tribunal arbitral que, até recentemente, tinha dado início apenas a um procedimento arbitral.

Nesse contexto, é fundamental que se procure, com urgência, dar efetividade à nossa lei de arbitragem. A sua eficácia irá refletir no âmbito interno proporcionando o descongestionamento do Judiciário e solução mais barata, rápida e adequada aos conflitos de interesses, bem como no âmbito internacional. A formação de blocos econômicos, com a expansão da economia global, é um atestado eloquente de que as fronteiras nacionais passaram a ser obstáculo ao desenvolvimento de empresas multinacionais, fenômeno que assume dimensão mais significativa com a liberação cada vez maior do comércio.

Cumprе lembrar que, em termos de Mercosul, o Protocolo de Brasília prevê o Tribunal de Arbitragem para decidir controvérsias entre os Estados que o

compõem, com base no tratado de Assunção, acordos celebrados no seu âmbito, nas decisões do Conselho do Mercado Comum e nas resoluções do próprio Mercado Comum. Todavia as controvérsias entre particulares ficaram fora do referido sistema. Nesse contexto, importante será a utilização da arbitragem, da mediação, da conciliação e de outras formas alternativas de solução de conflitos.

Diante desse quadro, o êxito dos objetivos deste simpósio será fundamental para o País, cada vez mais integrado no conceito de nações modernas e com a sua economia cada vez mais liberalizada, movido pelo desejo de ampliar o seu comércio e o seu relacionamento nos âmbitos regional e internacional. A Confederação das Associações Comerciais do Brasil, com este evento, está a demonstrar sensibilidade com os fenômenos econômicos e sociais. Que os seus propósitos sejam transformados em realidade em breve espaço de tempo; a beneficiada será a comunidade brasileira.

\* Discurso proferido em 24 de novembro de 1997, por ocasião da instalação da Corte Brasileira de Arbitragem Comercial.